

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL: NOTAS REFLEXIVAS PARA O DEBATE EM ANGOLA

Abel José da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0002-2910-1281>

Irene Jamba Inakulo Moisés²

<https://orcid.org/0000-0001-8298-9286>

Recebido: 12.04.2023

Aceito: 31.05.2023

Publicado: 15.07.2023

RESUMO

Nesta reflexão, que se fundamenta na revisão bibliográfica, coloca-se em debate a relação entre formação universitária e responsabilidade social em Angola. Reitera-se o entendimento de que não pode haver desenvolvimento sem formação, assunto que ganha relevância quando relacionado com o Ensino Superior. A responsabilidade social dessa formação decorre da possibilidade do acesso ao saber para fazer da vida social um espaço de realização mais harmonioso, que expressa um novo modo de ser. Formação universitária e responsabilidade social são compreendidas como duas dimensões fundamentais para perceber a tarefa da Universidade e funcionam como indicadores essenciais para determinar o desenvolvimento sustentável de povos e nações no século XXI, porque, com alterações profundas da vida humana, este contexto exige capacidade de lidar com elas de forma menos traumática nas dimensões políticas, económicas, sociais, culturais, ecológicas, humanitárias. Esta capacitação para enfrentar mudanças globais de forma menos traumática e mais criativa constitui o maior desafio de quem se forma em Instituições do Ensino Superior. Como resultado desta reflexão, compreende-se que a magnitude e qualidade de oportunidades de formação universitária podem estar em estreita proporção com as oportunidades de participar dos processos de desenvolvimento dos países e de usufruir dos seus benefícios. Esta lógica não pode ser uma excepção em Angola que, por exemplo, tem, entre outros países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), mais necessidade de valorizar os recursos humanos como o activo mais decisivo para projectar o país na linha do desenvolvimento social e humano.

Palavras-chave: Formação universitária; responsabilidade social; desenvolvimento sustentável; Angola.

Formación universitaria y responsabilidad social: apuntes reflexivos para el debate en Angola

RESUMEN

En esta reflexión, que se fundamenta en la revisión bibliográfica, cuestionase la relación entre formación universitaria y responsabilidad social en Angola. Insistiese en la imposibilidad de no haber desarrollo sin formación, asunto aún más relevante cuando relacionado con la Enseñanza Superior. Esta responsabilidad social deviene de la posibilidad del acceso al saber para convertir la vida social en un espacio de realización más armonioso, expresión de un nuevo modo de ser. Formación universitaria y responsabilidad social son dos dimensiones fundamentales para percibir la tarea de la Universidad e indicadores esenciales para determinar el desarrollo sostenible de los países en el siglo XXI, porque, ante los profundos cambios de la humanidad, este contexto requiere capacidad de lidiar con ellos de forma menos traumática en las dimensiones políticas, económicas, sociales, culturales, ecológicas, humanitarias, entre otras. Esta capacitación para enfrentar alteraciones globales de forma asertiva y creativa constituye el mayor reto de quien se forma en las Intuiciones de la Enseñanza Superior. Como consecuencia de esta reflexión, se comprende que la magnitud y calidad de oportunidades de formación universitaria puede estar en estrecha proporción con las oportunidades de participar de los procesos de desarrollo de los países y de aprovechar sus beneficios. Esta lógica no puede ser una excepción en Angola que, por ejemplo, tiene, entre los demás países de la Comunidad para el Desarrollo de África Austral (SADC), más necesidad de valorizar los recursos humanos como el activo más decisivo para proyectar el país en la línea del desarrollo social y humano.

¹ Professor Auxiliar do Departamento de Humanidades do Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo – Angola. adasilva00@gmail.com

² Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda–Angola. Actualmente exerce a função de Chefe do Departamento de Avaliação Institucional e Acreditação das Instituições e Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento. (FUNDECIT). ireneinakulo.moises@gmail.com

Palabras-clave: Formación universitaria; responsabilidad social; desarrollo sostenible; Angola.

University education and social responsibility: reflective notes for debate in Angola

ABSTRACT

In this reflection, which is based on the bibliographic review, may be questioned the relationship between university education and social responsibility in Angola. Insist on the impossibility of not having development without training, an even more relevant issue when related to Higher Education. This social responsibility comes from the possibility of access to knowledge to convert social life into a more harmonious space for fulfillment, expression of a new way of being. University education and social responsibility are two fundamental dimensions to perceive the task of the University and essential indicators to determine the sustainable development of countries in the 21st century, because, given the profound changes of humanity, this context requires the ability to deal with them. in a less traumatic way in the political, economic, social, cultural, ecological, humanitarian dimensions, among others. This training to face global alterations in an assertive and creative way constitutes the greatest challenge for those who are trained in the Intuitions of Higher Education. Because of this reflection, it is understood that the magnitude and quality of university training opportunities may be in close proportion to the opportunities to participate in the development processes of the countries and to take advantage of their benefits. This logic cannot be an exception in Angola which, for example, has, among the other countries of the Southern African Development Community (SADC), a greater need to value human resources as the most decisive asset to project the country in the line of social and human development.

Keywords: University education; social responsibility; sustainable development; Angola.

Notas introdutórias

O assunto sobre *“formação universitária e responsabilidade social: notas reflexivas para o debate em Angola”* remete à ideia de ilustração e à de cultura como o *único modo de ser livre* na feliz expressão de Martí (1963). Esta ideia encontra consonância no século XX com Popper (2006, p. 20), quando afirmara: “O homem pode conhecer: por isso pode ser livre. É esta fórmula que explica a conexão entre o optimismo epistemológico e as ideias do liberalismo”, o que pressupõe que os limites do conhecimento humano foram alargados de forma extraordinária desde o infinitamente pequeno (microscópio), passando pelo infinitamente complexo (computador), até ao infinitamente grande (telescópio) (Francisco, 2003). Estes constituem poderosos instrumentos para a transformação da realidade e do alargamento das perspectivas do homem sobre esta realidade, ao mesmo tempo complexa e diversa.

Efectivamente, é com razão que um dos princípios fundamentais da Universidade consiste na liberdade de pensamento (Artigo 7º do Decreto Presidencial 310/20), o que não deixa de ser um assunto desafiador, cuja lógica coage a não passar sob silêncio esta reflexão no contexto de um mundo globalizado em profundas, contínuas e rápidas transformações, o que exige problematizar o rumo de Angola em matéria de desenvolvimento sustentável que não se faz sem formação universitária. Daí o sentido de responsabilidade social que se confere ao texto.

Trata-se afinal de desafiar a todos e a cada um, independentemente da sua especialidade, sobre o que se pode e deve não só saber, mas também fazer na expectativa de uma vida social mais harmoniosa, expressão última de um novo modo de ser. O Ensino Superior, na sua diversidade tipológica de instituições, entre elas a Universidade, permite o acesso ao saber, mas também a formas de transformar criativamente a realidade por meio de atitudes positivas perante a vida e por meio de habilidades assertivas para intervir sobre mundo objectivo.

Para a construção deste texto reflexivo considera-se ser necessário proceder, previamente, à conceptualização, problematização e argumentação sobre o assunto-objecto de reflexão. Trata-se de um procedimento lógico, técnico-metodológico, que radica da definição dos conceitos de base – formação e responsabilidade social – do questionamento sobre o seu significado e, finalmente, da argumentação necessária sobre o tema que se coloca em debate nesta circunstância.

Este procedimento racional possibilita caracterizar não só o contexto global, mas também o local, pois que os fenómenos conjunturais e estruturais da globalização têm reflexos locais, afectando a todos independentemente da sua condição profissional e do seu “status quo” e, de todos, exige um posicionamento além da própria condição cósmica ou natural. Daí a diádica relação formação e responsabilidade social ser absolutamente necessária e determinar um pensar que se posicione

em dimensão global e institua uma atitude local e positiva, que possibilite transformar qualitativamente o próprio contexto vital.

Assim, o texto começa, em primeiro lugar, com a discussão sobre os sentidos dos termos formação universitária e responsabilidade social, descrevendo as principais alterações que se vivem no século XXI, século que requiere um conjunto de capacidades noéticas, axiológicas e técnicas para enfrentar seus desafios.

Em segundo lugar procede à análise relação entre formação universitária, responsabilidade e desenvolvimento social, percebendo que formação determina o curso político da história, ao mesmo tempo em que o pensamento político sobre a sociedade determina o tipo de formação/escola capazes de imprimir e realizar o desenvolvimento sustentável do seu povo.

Em terceiro lugar, finalmente, questiona-se sobre que significado de responsabilidade promana da formação universitária, questão que desemboca no entendimento antropológico do acesso à ciência como instrumento do bem ao serviço da dignificação do género humano. Pela formação universitária o indivíduo, pela ciência, compreende, assim, a ideia de progresso, que é expressão do poder transformador do saber (Francisco, 2003; Besnier, 1996) que não pode ser negligenciado nem tomado com ligeireza. Portanto, não é possível desenvolver qualquer país sem investir no homem em todos os sentidos.

Os processos metodológicos em que assenta esta reflexão estão relacionados com uma abordagem de carácter qualitativo que se reflecte na pesquisa bibliográfica com os seguintes procedimentos:

- ✓ Hermenêutico para interpretar textos clássicos, como a obra de Platão, mas também os de Martí e Neto, para lê-los à luz das necessidades de formação universitária e responsabilidade social no contexto de Angola actual e daquela que se deseja construir para os tempos vindouros.
- ✓ Conceptualização, problematização e argumentação (CPA). Trata-se de um procedimento lógico, que consiste na definição dos conceitos de base, no questionamento sobre o que é e o que deve ser entendido como formação universitária e responsabilidade social em Angola, utilizando argumentos fundados na pesquisa bibliográfica.

A partir dos procedimentos em referência, são feitas apreciações por dedução entendida como uma argumentação que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais (Cervo *et al.*, 2007) que, entendendo formação universitária como variável fundamental no desenvolvimento das nações, esta verdade não se pode converter numa excepção para Angola, mas deve antes de tudo contribuir para um maior compromisso com o seu desenvolvimento sustentável. Daí a responsabilidade social.

Angola vive momentos de profundas transformações políticas, sociais, económicas e almeja o seu desenvolvimento sustentável. Este objectivo não é possível alcançar se não se aposta na formação do homem angolano em todos os níveis. Por esta razão é que, pensando na formação universitária, coloca-se em discussão, neste contexto, a questão da responsabilidade social a partir de uma visão geral implícita no conhecimento propiciado por distintas fontes e perspectivas para concluir que, se não é possível existir desenvolvimento sem Universidade, então, não poderá existir, de forma sustentável, para Angola sem formação universitária e consequente responsabilidade social.

Sobre os termos e seus sentidos: formação universitária e responsabilidade social

Formação universitária e responsabilidade social são duas dimensões fundamentais para a percepção da tarefa da Universidade e podem funcionar como indicadores essenciais para determinar o desenvolvimento sustentável de povos e nações no século XXI, século que *testemunha* profundas alterações na vida humana: políticas, económicas, sociais, culturais, ecológicas, humanitárias, entre outras. Além disso, é também o século em que quase todos os meios, os instrumentos e os recursos de que o ser humano se serve, quer a nível individual ou comunitário, têm a marca da ciência. O seu saber, as suas formas de julgar e de decidir sobre o justo e o injusto, o bem e o mal, o lícito e o ilícito, etc., estão igualmente influenciados e impregnados pelos efeitos

da difusão, mais ou menos generalizada, dos conhecimentos científicos (Francisco, 2003). Daí a pertinência do debate, em Angola, relacionado com a formação universitária.

As mudanças globais e, fundamentalmente, a capacidade de lidar com elas de forma menos traumática constituem o desafio de quem se forma nos Centros de Altos Estudos do Ensino Superior, entre eles a Universidade. Daí, o assunto desta reflexão – formação universitária e responsabilidade social – ser transversal e posicionar-se além das especializações e instituições concretas para cada uma delas, assumir o sentido da existência humana a partir da sua óptica, mas sempre complementar às demais. Trata-se, no fundo, da questão da *solidariedade orgânica*, indispensável para a vida social e do Estado, pois é nela que, nos termos de Durkheim (1978, pp. 41-42), assenta a interdependência de funções.

Esta interdependência de funções assenta, por sua vez, no saber, simultaneamente, uno e diverso, pois, conforme Martí (1963), *um homem ignorante está a caminho de ser besta, ao passo que um homem instruído pela ciência e formado em consciência está a caminho de ser um deus. Não há como duvidar entre um povo de deuses e um povo de bestas*. E para ressaltar a profundidade e intencionalidade destas palavras para o contexto de Angola, parafraseia-se Neto (2014) ao afirmar ser necessário libertar o homem, educando-o, para que este se converta na *sagrada esperança da pátria angolana*.

A concreção desta esperança sagrada da pátria angolana passa, necessariamente, por uma formação universitária que torne a cada um dos seus agentes e utilitários consciencioso do compromisso com a responsabilidade do desenvolvimento sustentável do povo angolano, pois sem formação universitária significativa e sólida não é possível vencer os desafios do século XXI, que exigem capacidades fundamentadas no “desencantamento do mundo” por meio do conhecimento científico, porque o homem não é apenas um ser cósmico, mas é também um ser posicional que reflete sobre o “*cosmos*” e, concomitantemente, tende ao seu próprio melhoramento constante.

Assim, reflectir à volta da responsabilidade social da formação universitária justifica-se por razões do contexto do mundo actual: hodiernamente, abre-se com maior força, que em épocas anteriores da história da humanidade, o fosso entre as nações que detêm o poder do saber e aquelas que parecem estar excluídas por causa das grandes disparidades, económicas existentes entre os países e no interior de cada um, que aquele poder é capaz de gerar (Besnier, 1996; Ortiz, 2014). Neste sentido, o conhecimento – que se obtém através da formação universitária – converte-se num factor-chave não só de produção e competição, mas também de inclusão ou exclusão tanto a nível internacional como nacional.

Pelo exposto, pode-se perceber que a magnitude e qualidade de oportunidades de formação universitária podem estar em estreita relação com as oportunidades de participar dos processos de desenvolvimento dos países e de usufruir dos seus benefícios. Isto é, quanto mais se avança na cadeia do conhecimento científico, mais se espera de cada um seu contributo qualitativo para o progresso social dos países. Esta lógica não pode ser uma excepção em Angola que, por exemplo, tem, entre os outros países da região da SADC, maior necessidade de valorizar os recursos humanos como o seu maior e decisivo activo para projectar o país na linha do desenvolvimento sustentável.

No enfrentamento deste desafio, todas as opções de cursos universitários que as Instituições do Ensino Superior oferecem, a partir da sua pertinência social, são a expressão clara de que se caminha para a construção e/ou consolidação de uma sociedade complexa, em que cada um destes cursos nada mais seria senão uma das dimensões derivadas desta complexidade em construção, fundada pela ciência, que implica participação social esclarecida e responsável, porque, de acordo com Besnier (1996, p. 9), “a objectividade científica descreve e consagra a intersubjectividade dos homens de ciência. Nesta perspectiva, a teorização do acto de conhecer culmina na ética do conhecimento e no sonho de uma humanidade, liberta dos temores que sustentam o obscurantismo de todo o tipo”.

A responsabilidade social da formação em causa radica da possibilidade de, como sociólogo, por exemplo, perceber a grandeza do trabalho que deve realizar numa era em que se despersonalizam as interacções humanas, valendo mais as relações virtuais, frias e *desalmadas* em

detrimento das relações “face to face”. Trata-se de estar na posse da capacidade de captar a percepção do eclodir de um novo tipo de sociedade, que privilegia a vivência de um drama social que é necessário corrigir: o drama da existência actual, caracterizado por uma grande ostentação que impede a manifestação do verdadeiro ser: vive-se de aparências e chora-se diante de um drama que se vê no filme de um actor famoso, mas, paradoxalmente, fica-se sem lágrimas diante do “verdadeiro drama” da vida real o “viver parece ser mais difícil que o morrer”.

A explicação para esta situação tem suas raízes históricas. Sob o ponto de vista histórico, com o devir da industrialização, romperam-se os seculares tecidos culturais, ligados à estrutura da *pólis*, definida no sentido grego do termo, segundo Fullat (2000, p. 17), “como espaço geográfico e civilizado que torna possível a existência humana”, desenraizando os homens das suas origens para concentrá-los em frias e desoladas cidades e tornando-os desconhecidos uns dos outros, num clima de recíproca desconfiança e medo. Trata-se de um fenómeno global em que se assiste a uma incomunicabilidade e alienação linguística, à despersonalização do anonimato, ao servilismo tecnológico, à ideologia pan-económica, à perda de identidade, aspectos que levam necessariamente à crise de uma época, em que Lira (2008), citando Di Sante, descreve como “*Días negros para la humanidad*”.

Com base na ideia anterior é necessário resgatar o sentido de humanidade, tarefa difícil se apenas confiada ao sociólogo, pois a natureza humana é por si mesma sociável e, conseqüentemente, política, educável e comunicável, sendo que todos estes conceitos justificam a complexidade dessa natureza. Para Giddens e Sutton (2014), o pensamento político contemporâneo, nada mais sendo que um discurso sobre a organização ideal da vida em sociedade torna-se um convite ao aprofundamento da situação política, de facto, e da democracia, em particular, que, não sendo um dado natural nem uma herança biológica, é o resultado de uma construção histórica em que é fundamental o processo formativo de gerações do presente e do futuro. Daí a necessidade social dos saberes do sociólogo, do politólogo, do pedagogo, do historiador, do psicólogo, entre outros, como educadores sociais.

Formação universitária, responsabilidade e desenvolvimento social

No processo de construção histórica de uma organização complexa, como é, por exemplo, o caso da sociedade angolana, é necessário admitir que o pensamento político, isto é, o modo como politicamente se idealiza esta sociedade, tem influência substancial no processo de formação, mas também esta formação pode determinar o curso político da história. Ou seja, se é verdade que a existência social antecede ao Estado, este por sua vez determina o tipo de formação e a formação determina o tipo de sociedade e de Estado capazes de imprimir e realizar o desenvolvimento sustentável do seu povo. Daí, a relação entre formação, responsabilidade e desenvolvimento social. Nestes termos, o desenvolvimento social será sempre uma meta que exija de todo o cidadão universitário uma formação que desenvolva uma atitude de *inacomodação* ao título académico ou ao diploma e de busca constante do melhoramento profissional e humano através de capacitações, superações e actualizações. Com efeito, uma licenciatura ou qualquer outro grau académico-universitário não é o ponto de chegada, mas o de partida para uma atitude positiva na vida da comunidade. Esta é e será a melhor instituição para avaliar e acreditar todas as competências adquiridas durante a formação inicial e contínua, porque a vida, que é complexa, impõe e imporá sempre novos problemas e demanda(rá) respostas à altura dessa complexidade, apesar de o saber não estar justamente repartido.

Esta injusta distribuição do saber é referida por Toffler, citado por Besnier (1996, p. 10), ao afirmar hoje que “O saber está ainda pior repartido, do que as armas e a riqueza. De onde resulta, que uma redistribuição do saber (e sobretudo do saber sobre o saber) é mais importante ainda, do que uma redistribuição dos outros recursos, que aquela pode, aliás, gerar”. Daí que o saber confiado a cada jovem e adulto pela formação terá valor se for partilhado, isto é, colocado à disposição da sociedade, para evitar que, como escreve Grilo (2002), os temas sérios sejam tratados por quem não sabe e apenas na óptica sensacionalista.

Nos dias de hoje e a nível global, constata-se uma tendência à crescente polarização social e à agudização de crises ecológicas, políticas, económicas e culturais, que constitui um adverso contexto em que se exige de cada um, de acordo com o seu saber, uma atitude diferente e proactiva para a reversão dessa tendência. E isso dependerá, em grande medida, das transformações substanciais na forma colectiva de pensar e agir, as quais poderão influenciar (positivamente) sobre as políticas sociais, educativas, culturais e económicas que substituam os paradigmas, sistemas e modelos já obsoletos por outros que permitam enfrentar de forma equilibrada e sustentável os novos desafios da humanidade (Ortiz, 2014).

Esta tarefa de substituição de modelos de políticas sociais, educativas, culturais e económicas obsoletos por outros mais consequentes com a dignidade do homem responsável é competência de todos que se formam em espaços universitários, especialmente, e que parta do conhecimento do contexto para o qual se definem os respectivos modelos. Em África, em geral, e em Angola, em particular, há necessidade de um pensar que tome em consideração as suas reais necessidades de formação e desenvolvimento real para não se continuar a partir de modelos importados do exterior e enxertados, internamente, sem qualquer contextualização, o que concorre para o adiamento, cada vez mais, do *sonho* do desenvolvimento socialmente sustentado e de realizar uma discussão verdadeiramente paritária no contexto das nações sobre os problemas globais.

Como solução para os grandes males que assolam as sociedades africanas, a alternativa é a assumpção do conhecimento, teórico e prático, como compromisso social e único caminho para cumprir com ética o “acordo” universitário assumido a partir do ingresso numa Instituição de Ensino Superior. Ingressar num curso universitário não é apenas uma questão de oportunidade, mas também, e fundamentalmente, de responsabilidade. É esta responsabilidade que faz, de todos, devedores de algo melhor para a história das nações, porque, de acordo com Santos (2009, p. 208), “Angola com o seu vasto e belíssimo território, não é um país pobre; não há países pobres senão de cabeça”. Este autor vai mais longe quando sustenta que, na “*República*”, “Platão foi peremptório ao afirmar que o destino da humanidade não pode ser confiado à mão de ignorantes” (p. 208).

A afirmação anterior é significativa porque a sociedade actual, fundamentada e definida pelo conhecimento científico, exige participação e tomada de posição à medida do respectivo conhecimento, uma vez que é irrefutável a tese segundo a qual o conhecimento é uma forma de poder válido, desde que colocado ao serviço do bem do género humano. E o serviço social do conhecimento científico no contexto de Angola deve ser para eliminar as exclusões e assimetrias de qualquer natureza, favorecendo uma vida digna a quantos, sem oportunidade, não tenham acesso aos centros universitários. Daí, problematizando, o que é mesmo formação universitária nos termos desta reflexão? Com base no entendimento sobre este conceito, o que significaria responsabilidade social? Estas questões são reflectidas seguidamente.

Sem se querer adentrar na origem etimológica dos termos, por formação universitária se quer significar o processo complexo, de ensino e aprendizagem que se desenvolve em Instituições de Ensino Superior, pelo qual à natureza que se herda biologicamente se agrega a civilização que se recebe no contexto sócio-histórico, de acordo com Fullat (2000, p. 15). Trata-se, no fundo, de um processo em que, pensando em termos de justiça, nas “*Leis*”, Platão (1999, I 643 e – 644 a) define-o como a “formação que desde a infância exercita o homem na virtude e lhe inspira o vivo desejo de chegar a ser um cidadão perfeito que saiba governar e ser governado com justiça”. Neste sentido, só a isso se devia chamar formação, porque “aquela que tem por fim a riqueza ou talvez o vigor físico ou uma habilidade qualquer à margem da sabedoria e da justiça, é grosseira, servil e completamente indigna de ser chamada educação” (644 a).

Na colocação destes termos se depreende a relação entre formação, cidadania e participação social, pois a cidadania não aparece como um dado natural, mas como uma faculdade recebida ou aprendida no contexto social, descrito desde as percepções do filósofo de “*A República*”. Compreende-se, assim, que a finalidade da formação foi, desde sempre, eminentemente social e, por esta razão, a questão inerente à cidadania não deve ser entendida como um mero capítulo da educação, mas como um dos seus objectivos últimos (Branco, 2007).

Assim só uma formação que habilite à participação social de todos na prossecução de objectivos colectivos pode ajudar a reverter a situação dramática que, por exemplo, Valentim (2018, p. 4) diagnostica ao escrever “*As leis da periferia e a cidade filosófica*”. Segundo o autor, nos últimos tempos tem-se

vivido um surto gritante de insegurança na cidade. A preocupação com a questão da segurança ultrapassou aquela de encontrar um emprego, aliás, razão mais do que suficiente, porque só os vivos podem trabalhar (...). A periferia criou novas leis e é na base destas leis que todo o mundo vive: a lei do medo, do estar-sem-estar, enfim, a lei do aprisionamento na liberdade.

Esta condição deve ter como alternativa de solução uma participação mais informada de todos, por meio de um processo formativo que habilite o sujeito a assumir uma perspectiva de realização e felicidade com o sentido do outro, porque, segundo Platão (1999) nas *Leis* (VI 766 a), “o homem pode converter-se no mais divino dos animais sempre que se o eduque correctamente; converte-se na mais selvagem de todas as criaturas que habitam a terra, em caso de ser mal-educado”.

Formar bem é uma responsabilidade que se impõe a todas as instituições e a todos os participantes do processo com base numa história real, porque, apesar de muitos curiosos parecerem saber de educação, é necessário não ignorar séculos de história da educação e de progressos científicos na elucidação da maneira como as pessoas aprendem e na proposição de novas formas de ensinar (Paro, 2018). Estas novas formas de ensinar podem fazer a diferença na aprendizagem e garantir que a formação universitária habilite, de facto, para uma participação social responsável.

Que significado de responsabilidade promana da formação universitária?

A formação é um bem social. Ela deve responder à carência ou necessidade da sociedade em que se vive e torna todos os seus destinatários prestadores de contas sociais. Por esta razão concorda-se com Cabral (1999, cc. 287-288), quando afirma que o termo responsabilidade, etimologicamente, deriva do latim “*respondere*, comprometer-se perante alguém”. Quer dizer, a formação compromete o indivíduo perante a sociedade – alguém majestático – pois que a formação universitária recebida é um compromisso social assumido, à partida, não só com a instituição, mas também com a sociedade, uma vez que os objectivos gerais da formação universitária são sempre determinados pelas necessidades reais dessa sociedade, as quais, por sua vez, determinam e definem o ideal de homem a formar.

Considerando a natureza moral do termo, a responsabilidade “pode definir-se como a dimensão relacional da obrigação” (Cabral, 1999). Isto é, ter responsabilidade ou ser responsável, não é, portanto, um simples estar obrigado a; porque ser responsável acrescenta à obrigação aquele perante quem se é responsável, se tem de «prestar contas». Este outrem, implicado na noção de «responsabilidade», será, em primeira instância, aquele com quem o sujeito se comprometeu, por qualquer título: de forma geral, a sociedade e, de forma específica, a instituição de formação. Trata-se de uma dupla responsabilidade: por um lado, ser responsável perante a instituição formadora do indivíduo que, por ele, quer preservar a sua imagem de marca e credibilidade e, por outro, ser responsável perante a sociedade que quer ver satisfeitas as necessidades que determinaram a institucionalização dos diferentes cursos universitários como uma realidade histórica válida. Por isso, se Lira (2008), analisando os sucessos e desastres da história, intitula sua obra de “*Días negros para la humanidad*”, Cobiella (2015) reflectindo, por sua vez, em “*La Educación: Retos y voluntad Política*”, descreve os tempos actuais como sendo, simultaneamente, turbulentos e luminosos, reconhecendo a existência de pessoas que fazem da formação um instrumento de emancipação e enaltecimento do ser humano para que possa reflectir sem cessar, semear ideias, e desenvolver consciências.

Deste modo, se a formação serve para o engrandecimento do ser humano, então resulta daí que a responsabilidade de quem se formou em enfermagem é, sobretudo, com os doentes e não com as doenças em si, pois apesar de haver possibilidade de todos sofrerem, por exemplo, da mesma

enfermidade, cada caso será um caso, decorrendo daí um diagnóstico diferenciado, mas a todos atendendo com os mais sublimes valores do humanismo que a empatia dessa profissão exige.

Trata-se de redinamizar a história com atitudes novas, que decorrerão do contributo social de cada um, pois ninguém se basta a si mesmo. Por isso, do ponto de vista didáctico, para Amado (2007), é necessário compreender que a história da humanidade pode ser definida como história dos esforços educativos, porque, de facto, não é possível conceber o desenvolvimento da humanidade, se não se pudesse assegurar a transmissão da experiência anterior às novas gerações, se não se pudesse ter encontrado os meios e as vias para transladar, dos mais velhos ou experientes aos mais jovens a herança cultural contida nos instrumentos de trabalho, nas técnicas e habilidades, nas tradições e nos conhecimentos necessários para a vivência social.

Nesta perspectiva, o significado da responsabilidade social, decorrente da formação universitária, torna-se numa questão transversal cuja reflexão convida a todos para a assumpção de uma função importante como actor com atitude transformadora do próprio contexto da vida actual. Trata-se de responder às necessidades da sociedade que justificam a criação dos diversos cursos universitários, pois as sociedades complexas exigem abordagens complexas e pluridimensionais, as quais passam necessariamente por um “*tradere*” formativo que faça do indivíduo responsável perante a sociedade.

Compreende-se, por isso, que, na sua dinamicidade, estas sociedades complexas não se compadecem com posicionamentos epistemológicos acabados, mas com renovações e revisões contínuas do saber em que se assentam as perspectivas cognitivas, sendo necessárias formação e actualização constantes dos que têm a missão de formar os outros, porque, como fundamentam Moraes e Almeida (2012, p.131), em “todo e qualquer conhecimento existe o risco do erro e da ilusão. Reconhecê-los é compreender o acto de conhecer como uma tradução e reconstrução e não como uma foto estática da realidade”.

Repensar o tecido social, angolano, dilacerado em muitos dos seus aspectos para se puder reconstruir na sua dimensão antropológica profunda é responsabilidade de universitários dignos, que compreendam que a construção do país se faz na medida da participação de todos, com conhecimentos, valores e habilidades diferenciadas, o que torna a sociedade, cada vez mais, enriquecida e habilitada para o desenvolvimento sustentável que não é possível sem o domínio da tecnociência que só a formação universitária pode garantir em Angola.

Neste contexto, a formação universitária ajuda, pela ciência, a compreender, assim, a ideia de progresso. Ela é, pois, “um instrumento interrogador da/para a cultura inscrita numa história, e *isso facto* sujeita a crises, que são outras tantas rupturas epistemológicas que vão exigir reflexão no presente com vista a garantir o futuro” (Francisco, 2003, p. 103). É expressão do poder transformador do saber que não pode ser negligenciado nem tomado com ligeireza. Não é possível desenvolver qualquer país sem investir no homem em todos os sentidos, especialmente, no Ensino Superior. Este é o depositário e multiplicador da ciência cujos feitos são quase inumeráveis, surpreendentes e imprevisíveis! Afinal, em Angola, como não acreditar e depositar grandes esperanças na tecnociência? Graças a ela o “*homo sapiens (sapiens)*” e “*faber*” é capaz de tão grandiosas realizações em vários níveis.

Noutros termos, a ciência apresenta-se útil para a vida do homem, por duas razões – uma de ordem teórica e outra de ordem prática que, citando Max Planck, Francisco (2003, p. 5-6) descreve nos seguintes termos: é útil por razões de ordem teórica para a produção de novos conhecimentos (teorias e leis) que aproximam o homem mais da verdade/realidade. “A ciência tem como objectivo construir uma imagem objectiva do mundo. Mas esta imagem objectiva não é ainda aquele mundo objectivo em absoluto, que não tendo uma existência deve ser, no entanto, admitido pelo próprio cientista em abono do progresso científico”; é útil por motivos de ordem prática, porque enquanto tecnociência, isto é, aliada à técnica, tem como objectivo intervir, modificar, transformar e melhorar o meio social e o ambiente físico (realidade, mundo). Portanto, intervir, modificar, transformar e melhorar o meio social e o ambiente físico de maneira sustentável é o que se espera

de qualquer país, incluindo Angola. O seu progresso humano, social, cultural, político e intelectual, passa pelo acesso e usufruto da tecnociência que só é possível a partir do Ensino Superior.

Conclusão

Reflectir sobre formação universitária e responsabilidade social é questionar sobre os valores noéticos, axiológicos e transformadores que o Ensino Superior (pode) representa(r) em qualquer contexto nacional ou internacional. Este debate, em Angola, é uma questão sempre actual, se se considerar os desígnios políticos de colocar o país na linha do desenvolvimento sustentável, objectivo inalcançável sem formação superior de muitos dos seus recursos humanos nem sua consequente participação responsável e transformadora.

Em Angola, há necessidade de “acreditar e depositar grandes esperanças na tecnociência, pois é graças a ela que o *homo sapiens e faber* é capaz de tão grandiosas realizações em vários níveis” (Francisco, 2003, p. 6), sintetizados em desenvolvimento sustentável. Produzir conhecimento tecnocientífico e garantir sua contínua transferência às novas gerações, bem como a sua adequada utilização para a dignificação da sociedade é a vocação das universidades, verdade que não é nem pode ser relativa para o debate intelectual no país, uma vez que as instituições em causa constituem *incubadoras* da ciência que ajuda a compreender a ideia de progresso e serve de instrumento para interrogar a cultura inscrita numa história, sujeita a crises, rupturas epistemológicas que, no seu conjunto, exigem reflexão no presente com vista a garantir o futuro projectado na respectiva história.

Ignorar as possibilidades do poder do investimento da formação universitária e não satisfazer necessidades para a sua contínua melhoria é votar-se a permanente dependência externa, incapaz de realizar o ideal martiano segundo o qual, *ser culto é o único modo de ser livre*, nem o de ser *necessário libertar o homem, educando-o, para que este se converta na sagrada esperança* da pátria angolana, nos termos agostinianos. Trata-se do cultivo da liberdade académica para pensar, criar, recriar e transformar positivamente a realidade humana. Este é o sentido da formação universitária, cuja responsabilidade é inapelável, já que sendo os tempos actuais, simultaneamente, turbulentos e luminosos, é necessário reconhecer e fazer da formação das pessoas um instrumento de sua emancipação e enaltecimento para que possam reflectir sem cessar, semear ideias, e desenvolver consciências para participação socialmente responsável.

A responsabilidade ao poder definir-se como a dimensão relacional da obrigação não é, portanto, um simples estar obrigado a; porque ser responsável acrescenta à obrigação aquele perante quem se é responsável, se tem de «prestar contas». Este outrem, implícito na noção de «responsabilidade», será, em primeira instância, aquele com quem o sujeito se comprometeu, por qualquer título: de forma geral, a sociedade e, de forma específica, a instituição de formação. Daqui decorre uma dupla responsabilidade: por um lado, ser responsável perante a instituição formadora do indivíduo que, por ele, quer preservar a sua imagem de marca e credibilidade e, por outro, ser responsável perante a sociedade que quer ver satisfeitas as necessidades que determinaram a institucionalização dos diferentes cursos universitários como uma realidade histórica válida.

Numa palavra, o desenvolvimento social será sempre uma meta que exija de todo o cidadão universitário uma formação que promova uma atitude de *inacomodação* ao título académico ou ao diploma e de busca constante do melhoramento profissional e humano através de capacitações, superações e actualizações. Qualquer licenciatura ou outro grau académico-universitário não é o ponto de chegada, mas o de partida para uma atitude positiva perante a vida da comunidade. Esta é e será a melhor instituição para avaliar e acreditar todas as competências adquiridas durante a formação inicial e contínua, porque a vida, que é complexa, impõe e imporá sempre novos problemas e demanda(rá) respostas à altura dessa complexidade, apesar de o saber não estar, ainda, justamente repartido. Daí que os que tenham acesso a ele se coloquem ao serviço digno dos que não tenham esta oportunidade social.

Referências bibliográficas

- Amado, C.M. (2007). *História da Pedagogia e da Educação*. Universidade de Évora.
- Besnier, J-M. (1996). *As teorias do conhecimento*. Trad. J. Chaves. Instituto Piaget.
- Branco, M.L. (2007). *A Escola – Comunidade Educativa e Formação dos Novos Cidadãos*. Instituto Piaget.
- Cabral, R. (1999). *Responsabilidade*. In Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI. Editorial Verbo. Cc. 287-288.
- Cervo, A.L.; Bervian, P.A. & Silva, R. (2007). *Metodologia científica*. 6ª Ed. Pearson Prentice Hall.
- Cobiella, E.E.V. (2015). *Conferencia Inaugural – La Educación: Retos y Voluntad Política, Pedagogía 2015 – Encuentro Internacional por la Unidad de los Educadores*, Trad. Própria. Ministerio de Educación de Cuba.
- Decreto Presidencial n.º 310/20 de 7 de Dezembro*. Estabelece o Regime Jurídico do Subsistema do Ensino Superior. Diário da República n.º 196. Imprensa Nacional.
- Durkheim, E. (1978). *Educação e sociedade*. 12ª Ed. Melhoramentos.
- Francisco, J. (2003). *Epistemologia: texto didáctico*. Seminário Maior de Cristo Rei do Huambo.
- Fullat, O. (2000). *Filosofia de La Educación*. Trad. Própria. Editorial Síntesis Educación.
- Giddens, A. & Sutton, P. (2014). *Conceitos Essenciais da Sociologia*. 2ª Ed. Revisada, Trad. Cláudia Freire. Editora Unesp.
- Grilo, M. (2002). *Desafios de Educação – Ideias para uma política educativa no século XXI*. 1ª Ed. Oficina do Livro.
- Lira, M.P.V. (2008). *Días Negros Para La Humanidad. Sucesos y desastres para la Historia*. Trad. própria. Editorial LIBSA.
- Martí, J. (1963). *Obras Completas*. Volume 8. Trad. Própria. Editorial Nacional de Cuba.
- Moraes, M. & Almeida, M. (2012). *Os sete saberes necessários à educação do presente (por uma educação transformadora)*. Wak Editora.
- Neto, A.A. (2014). *Sagrada Esperança*. 1ª Ed. União dos Escritores Angolanos.
- Ortiz, R.A. (2014). *Conferência Inaugural: Universidad Socialmente Responsable – Universidad 2014 – Congreso Internacional de Educación Superior*. Trad. Própria. Ministerio de Educación Superior de Cuba.
- Paro, V.H. (2018). *Professor: artesão ou operário?* Cortez Editora.
- Platão (1999). *Diálogos: Leyes (Libros I – VI)*. Introducción, traducción y notas de Francisco Lisi. Editoria Gredos.
- Popper, K. (2006). *Conjecturas e Refutações*. Trad. Benedita Benttecourte. Livraria Almedina.
- Santos, J.C. (2009). *Repensar o Homem na Angola do Século XXI – Uma antropologia em perspectiva*. Caxinde – Editora e Livraria.
- Valentim, I. (2018). *As leis da periferia e a cidade filosófica*. In Revista Sol Nascente. Nº 13 – Julho. ISSN: 2304-0688, p. 4-5. https://www.ispsn.org/sites/default/files/revista-sol-nascente/revista_sol_nascente_n13.pdf